

Renúncia de Magalhães é criticada

A decisão do relator Roberto Magalhães (PFL-PE) de se afastar da relatoria dos processos dos pernambucanos envolvidos na máfia do Orçamento, provocou ontem uma discussão ética e jurídica entre os membros da CPI. Parlamentares como o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) argumentam que Magalhães demorou demais para considerar-se impedido de julgar companheiros e inimigos políticos de seu estado. Bisol foi juiz de direito durante 30 anos e explica que, no Código de Processo Penal, quando um juiz recebe um processo que tem como réu um parente ou um amigo íntimo, deve declarar-se sob suspeição antes de começar o processo, não quando este está na reta final.

Depois de 75 dias do início da CPI, Magalhães declarou-se impedido de relatar sobre os pernambucanos depois que o Deputado Fernando Lyra (PSB-PE) desafiou-o a

propor a cassação do companheiro de partido Ricardo Fiúza (PFL-PE).

“Isso tem de ser feito logo no início do processo, não perto de encerrar a instrução. Eu respeito a sensibilidade ética do relator, mas acho que ele não poderia abrir mão de parte do relatório agora”, argumentou Bisol.

Ele acha que a divisão da relatoria a essa altura do Processo pode até mesmo suscitar a arguição de todos os atos decisórios do relator Roberto Magalhães. “A salvação está no fato de que existe pouco ou nenhum ato decisório do relator, já que a maioria foi avalizada em votações do plenário da CPI”, explica o coordenador da Subcomissão de Patrimônio.

Até mesmo o relator indicado para os processos dos parlamentares pernambucanos, deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), concorda que foi impróprio o momento de renúncia do relator-geral.